

## ATA Nº 225/2019

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil de dezenove, às nove horas, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, Avenida Ernani Cotrin, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro André Pinto Dalcarobo (APP). Estando presentes os conselheiros: Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Fernando de Araújo Brasil (Secretaria de indústria, comércio e desenvolvimento rural), Zélia Schneider (EPAGRI), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carijós), Elisson Afonso Clemente Mina (Polícia Militar), Rosinetti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Rosa Machado Silveira (CEACA), Patrícia de Oliveira Benhardt da Silva (Secretaria de Administração e Finanças), Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), Fernanda Firmino da Silva (Secretaria de Saúde – CAPS), Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social – CRAS). Ainda estiveram presentes: Ariele Rodrigues de Lima, Karla Fernandes Félix (conselheiras tutelares de Capivari de Baixo), Cíntia Novasco (Conselheira tutelar de Tubarão, multiplicadora do SIPIA), Guilherme Cechelero (Assessor de rede), Marcos Nunes e Richarles Oliveira de Jesus Junior (Associação Jorge Lacerda). André inicia a reunião solicitando espaço para fazer uma leitura de certos pontos que acha importante do Regimento Interno do CMDCA, pois o CMDCA está violando algumas regras de organização. André diz que muitos itens que seriam dessa pauta foram adiantados na reunião extraordinária, André diz que está buscando com que nas reuniões ordinárias sejam discutidos somente assuntos diretos da política da Infância e Adolescência, e que para a extraordinária deixem outros assuntos que surjam. André lê o Regimento, dizendo seu art. 31 diz que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo realizará uma reunião ordinária a cada mês, às 8h30min, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social e as extraordinárias sempre que se fizerem necessárias, a pauta contendo as matérias a ser objeto de discussão e deliberação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será previamente comunicada aos conselheiros titulares, suplentes, promotoria, conselho tutelar, e população, e diz que está havendo essa divulgação, continuando a leitura: as sessões serão consideradas instaladas após atingido o horário regulamentar e o quórum mínimo de 1/3 dos Conselheiros, sendo considerado o quorum de 50% + 1 para deliberações referentes a recursos financeiros. André sugere maior atenção ao disposto no art. 32: As reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA serão públicas, ressalvadas as que colocarem em discussão casos específicos envolvendo crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional conforme arts. 143 e 247 da lei nº 8.069/90 ou outros, cuja publicidade possa colocar em risco a imagem e/ou integridade psíquica e moral de crianças e/ou adolescentes conforme arts. 17 e 18 da lei nº 8.069/90, visto isso André sugere que a Comissão de normas e documentos revise o Regimento Interno em alguns pontos, pois há também uma questão de debate sobre a leitura da ata que não foi concluída de outras reuniões. André continua a leitura do Regimento: no art. 34 diz que os debates terão início com a leitura dos relatórios das Comissões, de acordo com sorteio a ser previamente realizado ou mediante consenso entre os membros. André diz que considera o trabalho de rede como se fosse uma comissão, pois possibilita que o CMDCA vá até a raiz do problema, através dos dados levantados com as entidades, e através das reuniões com juizado e promotoria, conseguem fazer o controle social e esse é o sentido do CMDCA, o conselheiro é livre para colocar o que ele quer, de pegar o relatório da rede e falar sobre isso, André diz que as comissões existem para isso: via comissão debater os assuntos de sua competência e após trazer para a plenária a sua posição e se não satisfatória nada impede que retornem a discussão do assunto na plenária. André diz que lerá toda a pauta, e o conselheiro que quiser pedir explicação sobre os assuntos que se inscreva para falar na palavra livre, em assuntos gerais, por questão de organização, de ordem. André diz que o primeiro item é aprovar a ata da reunião anterior e informa, inclusive aos novos integrantes, que a ata fica sempre disponível na mesa para a assinatura para assim a aprovarem. André diz que o assunto disposto no item dois da pauta são as justificativas de faltas dos conselheiros na reunião, e diz que inclusive é mencionado no regimento interno que há uma sanção em cima disso. André parabeniza a Zélia por sempre informar quando falta e o conselheiro Fernando, que apesar de o assunto não estar diretamente ligado a sua secretaria, esteve presente na reunião de rede do dia anterior, que mesmo não estando inteirado do assunto estava lá. André diz que em todas as reuniões os presentes devem estar empenhados. Seguindo a pauta, André diz que a Rosa pediu a palavra, após termos a Cíntia que falará sobre o SIPIA, assunto que vem sendo discutido já de outras reuniões, informando que ela trará o que precisa para o sistema funcionar no município, e em cima de sua fala verificar de quem cobrar o seu funcionamento.

André diz que em seguida na pauta temos: Informe sobre o mapeamento das confecções dos banners de missão e visão de rede; Informe recebimento do relatório dos atendimentos do mês de abril do Conselho Tutelar, André solicita que a conselheira Elizabeth já vá passando o relatório a todos os conselheiros e a mesma o faz. Informe sobre os prazos das entidades registradas e projetos inscritos no CMDCA; Informe sobre as propostas recebidas através de e-mail para a capacitação dos conselheiros tutelares; Apresentação do parecer da Comissão de Fiscalização sobre os projetos das entidades: Grupo Escoteiro Carijós e CEACA; Confirmar se todos os conselheiros assinaram a lista de presença e a ata da reunião anterior. E na palavra livre: a entrega da prestação de contas do Grupo Escoteiro Carijós, bem como um pedido de suplementação. André diz que primeiramente sugere que a Cíntia fale sobre o SIPIA, pois ela deve ter os seus compromissos, e diz que fica aguardando as inscrições para questionamentos e depois fique a palavra com o assessor Guilherme, após abre a palavra e assim por diante. Conselheiros concordam. Alessandra do Controle Interno entra na sala de reuniões e diz que tem uma questão a falar sobre a contratação da assessoria de rede, que foi uma dúvida que surgiu no dia anterior: se poderiam estender a assessoria. André solicita que falem pessoalmente e se ausentam da sala por instantes. André retorna e passa a palavra a Cíntia. Cíntia diz que faz parte do projeto multiplicadores, que são duas pessoas que ficam responsáveis em disseminar as informações sobre o SIPIA, diz que ela foi indicada pela Graziela que é responsável Estadual, e informa que tem também a Jéssica, que é de Siderópolis, iniciaram em outubro de 2017, e tiveram mais duas capacitações em abril e outubro, Cíntia diz que o SIPIA treinamento todos podem utilizar à vontade, podem errar, já o SIPIA produção está em fase de ajustes. Cíntia explica que os multiplicadores têm contato direto com Brasília, que com as informações que são passadas vão realizando melhorias, pois muita coisa que foi migrada do sistema anterior se encontra desatualizada, em Tubarão como funciona: foi acordado que o CMDCA alimentasse o sistema com relação às entidades de atendimento, pois por terem os registros já têm as informações necessárias que possibilitam o cadastro, como CNPJ, e diz que no sistema tem cadastrado todos os órgãos para os quais se pode encaminhar: sejam hospitais, cartórios, explica que no sistema tem a denúncia, o total de atendimento. Cíntia observa que o SIPIA precisa da atualização da rede, e que no CMDCA, aliás, os conselhos de Tubarão, contam com duas estagiárias, sendo que uma delas ficou de fazer o cadastro do SIPIA produção e a ideia é que coloquem em prática já em junho. Cíntia diz que pode autorizar o cadastro da Sabrina caso ela tenha interesse, e após pegar um dia de folga para capacitar as conselheiras tutelares daqui. André diz que o questionamento inicial é se está funcionando. Cíntia afirma que está funcionando. André diz que outra questão que foi trazida às reuniões é que o conselho tutelar daqui tinha problemas com a internet. Cíntia diz que o sistema antigo era pesado, em alguns computadores até conseguia entrar, mas não mexer. Sabrina diz que no SIPIA treinamento havia conseguido se cadastrar uma vez, porém no SIPIA novo não. Cíntia diz que com o tempo o sistema bloqueia a senha. Karla diz que estava mais inteirada, talvez a Louizi não estivesse tanto e por isso trouxe essa questão à reunião. André questiona a capacidade de internet que possibilitaria o uso do sistema. Cíntia relata que não saberia dizer, porém em Tubarão foi feito um ajuste, pois o computador deve ser bom e a internet boa, pois em computadores antigos o sistema demora a carregar e às vezes nem carrega. André questiona quem resolve essa questão. Cíntia diz que a administração. Eliezer questiona se o sistema agora é on-line, e se não precisa baixar o programa. Cíntia confirma que é on-line, quando entra na página: [www.sipia.gov.br](http://www.sipia.gov.br), tem o antigo SIPIA, que é o treinamento, e o SIPIA produção e diz que os multiplicadores que utilizam sempre comunicam para atualizar informações na página. Cíntia entra com sua senha para possibilitar a visualização. Eliezer questiona se o CMDCA continuará tendo acesso nesse novo SIPIA. Cíntia confirma e diz que as recepcionistas, agentes, assistentes administrativas, podem também acessar e alimentar, porém a diferença é as informações que eles terão acesso. Cíntia diz que a recepcionista tendo acesso facilita, por exemplo, se alguém for questionar sobre o bolsa-família, estarão verificando que deve ser mais divulgado, possibilitando que coloquem informações que pessoas estiveram ali procurando por um serviço, e informa que nesse caso não é necessário pegar dados da pessoa. Cíntia diz que com relação ao atendimento a criança e adolescente, é possível encaminhar as informações para os conselhos tutelares do Brasil todo. Cíntia diz que fez capacitação em Brasília e que mesmo com o sistema continuarão escrevendo manualmente nas fichas, até para ser um atendimento mais humanizado, pois colocando diretamente em frente ao computador não seria legal. Cíntia diz que vai constar todo o sistema de garantia de direitos do Estado, possibilitando identificar o município, o que o CMDCA não terá acesso: quem é o violado, quem violou, e informa que o relatório estatístico fica na página inicial, não precisando nem logar para ter acesso, pondendo

puxar a violação por bairro, faixa etária. André diz que por enquanto a questão está esclarecida, cabe agora oficializar e cobrar o ente público. André diz que está fazendo trocas com o CMDCA Tubarão, buscando informações, mas que gostaria de encerrar a discussão até o momento devido terem outras questões em pauta, agradece a presença de Cíntia e diz que ela está dispensada, mas caso ela queira participar que fique à vontade. Cíntia agradece, diz que tem outro compromisso em seguida e que se coloca à disposição. André passa a palavra ao Guilherme para falar sobre o fluxograma para atendimento da negligência no município. Guilherme diz que nos encontros da rede, criaram um fluxograma direcionado à negligência, pois três meses atrás, ao verificar os dados trazidos pelos atores da rede, e após quando apresentaram os dados do primeiro quadrimestre foi possível verificar que a maior violação encontrada continuava a negligência. Guilherme explica que fizeram uma revisão da criação, onde foi decidido fazer duas vezes e não três como inicialmente fora colocado. André relata que ficaram responsáveis: o Guilherme e a Karla de apresentar um documento explicativo, a ser passado pelo CMDCA para aprovação, e que em breve entrará na pauta da reunião do CMDCA, assim os novos conselheiros tutelares que entrarem já terão o cardápio que deverão seguir em casos de negligência. Guilherme diz que o fluxograma é o ECA na prática, o que muda é o tempo de cada coisa, outros casos mudam, se um dia no município tiver internação por uso de drogas, mas o fluxograma básico foi construído com base no ECA. Guilherme explica que pode vir uma denúncia da comunidade, saúde, disk 100, ongs, educação, segurança pública, mas é o conselho tutelar quem liga as peças, em comparação com uma carta de baralho o conselho tutelar seria o coringa. Guilherme explica que hoje o CT encaminha para os NASFs, CAPs. Educação, solicitado que se acrescentasse o Esporte, apesar de atualmente esteja dentro da mesma secretaria, ESFs, CRAS, CREAS, ONGs. Guilherme explica que irão criar um programa para a família deixar de negligenciar a criança, que não tem os vínculos fortalecidos, Guilherme diz que o CREAS continuará fazendo os seus serviços como o PAEF, mas a ideia é que, a médio prazo, baixem os números de negligência. Guilherme explica que na primeira vez o conselho tutelar encaminha com medida de responsabilização, para as famílias irem, se a família não comparecer já estará descumprindo o termo de responsabilidade, não indo ou não retornando ao atendimento, o conselho tutelar aplicará a advertência, tendo dois dias úteis para comparecer ao local de atendimento. Guilherme diz que é importante que tudo seja documentado, registrado por escrito, pois é importante para a promotoria, e para o juízo avaliar, e reforça que a família precisa entender que deve ir aos serviços. Sabrina se ausenta da reunião para realizar a inscrição de membros que irão participar do processo de escolha o conselho tutelar. Guilherme relata que o conselho tutelar pode apresentar representação, iniciar uma investigação via Ministério Público, estimulando a promotoria a ver o caso, e se o caso for muito grave automaticamente a promotoria pode estimular o poder judiciário para tal, ou se o caso for muito grave, não existe uma tabela com uma lista de como proceder, pode pular e estimular diretamente o poder judiciário. Guilherme diz que existe um problema geral, que não é exclusivo de Capivari, tanto que estão falando agora do SIPIA, que há um problema da documentação, em anotar a história, realizar os registros, fazer a história do caso, do porque de chegar ao limite de levar essa família à justiça, a ideia desse fluxo é para nós que participamos da rede, mas principalmente a ideia disso não é só pensar em nós que já compartilham diversos papéis juntos, participam das reuniões da rede, mas divulgar aos profissionais da ponta: enfermeiros, profissionais dos postos de saúde, diretoras de escola, diretores de CIs, polícia militar, polícia civil, segurança pública municipal, para os coordenadores das entidades não governamentais da cidade, enfim para que todos tenham esse desenho e esse material escrito, pois os profissionais da rede que foram lá, estiveram presentes na reunião do fórum e desenharam talvez tenham um entendimento mais claro sobre isso, mas esse desenho somado com o material chegar aos outros profissionais para eles começarem a internalizar que existe um fluxograma na cidade e que ele vai ser cumprido, por exemplo: até uma diretora de uma escola. Luciane diz para entrar em contato com as diretoras das escolhas Estaduais, pois com as do município têm um contato mais direto. Guilherme continua: pode chegar e falar com uma mãe que o filho está ausente, ou verificar que crianças retornam com a mesma roupa, mesma fralda para a escola, muitas vezes assada sem passar uma pomada, verificado que tem um certo poder aquisitivo, não é uma família pobre que está na marginalidade da cultura, então é negligência. Guilherme diz que esse fluxo após criado, não só o desenho, deve ser muito promovido para as famílias que são negligenciadoras, elas devem ser os principais ouvintes que devem ter conhecimento sobre o fluxograma que irá funcionar, que será monitorado por todos os atores para que esse tipo de situação não aconteça, por isso é necessário promover a todos os atores da rede, para os atores da ponta e famílias para tirar aquele sentimento de que nunca vai dar

nada, com pensamento de que pode fazer com o filho o que quiser, por ser uma diretora, professora ou talvez um profissional da saúde que irá falar, isso foi algo que foi começado na reunião da rede do dia anterior: os avanços que a rede teve até agora, tiveram coisas bem positivas: criação do fluxo, a formação do mês passado, não só no conteúdo, mas da presença de muita gente, da mobilização de todos pegarem junto, da acolhida do CEACA, toda a rede reunida no CEACA, foi bem positiva, as pessoas presentes nas reuniões mensais da rede, a criação da identidade da rede, produção de camiseta, banners, as coisas que ainda estão por vir: a capacitação com os educadores, o fórum, e diz que talvez Tubarão está avançado com relação ao SIPIA perto de Capivari, mas em muitas outras questões está mais avançado o Capivari. Temos também os desafios não no sentido como peso, mas no sentido de refletir esses desafios, discutir e é isso que está acontecendo. Guilherme lembra que mês que vem não teremos a reunião de toda a rede, e relata que um dos desafios é a presença dos Gestores nas reuniões de rede, Secretários e alguém da equipe técnica que também faça parte, foi formada uma comissão para mês que vem visitar esses Secretários gestores para conversar com eles e reforçar a importância deles, que essa comissão vá visitar dia 27 na parte da manhã ou a da tarde, a tarde, reforçando que não terá a reunião da rede, pois a noite tanto dia 26 e 27 reunião com os educadores, um dia para séries iniciais, e outro para professores e diretores do ensino fundamental e médio, a ideia é apresentar o fluxograma a ser entregue daqui algumas semanas para apresentar na reunião do CMDCA, para após haver a distribuição. André diz que para complementar sobre o fluxo: há muita coisa por traz, tem uma fundamentação, um material bem legal a ser feito e uma questão a ser trazida é que o programa surgiu da reunião com os líderes da comunidade, e reforça que foi dentro dessa reunião que surgiu a ideia do programa, que é capacitar alguém, tem várias ideias que ainda não foram fechadas, por isso ele não está ainda ali, mas são braços estendidos para ir no foco do problema, dia 11 próximo encontro da comunidade. Guilherme diz que tem um grupo de whatsapp com a ideia de promover o ECA, e possibilitou um convite a uma conselheira tutelar ir a uma ong de Curitiba para falar sobre o ECA, falar sobre as experiências de Capivari. André diz que está no ECA e no regimento que as reuniões do CMDCA são públicas, mas o público nunca está, e aproveita para convidar 11 de maio, para que efetivamente chegue. Reforçando dias 26 e 27 temos também a capacitação com os educadores. André diz que está gravando enquanto a Sabrina saiu e diz que podem então dar seguimento, e questiona se alguém quer a palavra. Elizer questiona Guilherme se esse fluxograma para atender a demanda da negligência serve para ser utilizado em outros atendimentos ou somente nos casos de negligência. Guilherme diz que dá pra ser usado pra outras coisas, o que muda de um pra outro é o período, o tempo, por exemplo, para negligência após advertência é dois dias úteis. Guilherme questiona se para violência física segue os mesmos padrões e responde que sim. Porém, há a violência sexual que vai direto para a advertência, então muda o termo. Há dois casos que muda mesmo: casos de acolhimento ou casos de internação, ato infracional. A ideia é ter um programa para a negligência, mas dá para utilizar. Eliezer diz que tinham demandas que não deveriam chegar ao conselho tutelar, pois não havia a necessidade de chegar ao CT e sugere que deveriam criar outros fluxogramas, nos quais o Conselho Tutelar não entraria. A conselheira tutelar Karla diz que foi esclarecido o que cada um faz, ficou mais claro e bem melhor. Eliezer sugere que podem fazer um fluxograma de indisciplina no colégio, por exemplo, pois tem muitos atores da Secretaria de Educação que muitas vezes chama o conselho tutelar com esse propósito. Guilherme diz que não seria a questão do fluxograma e sim do entendimento de quando chamar, a ideia de ter aquela formação da rede que teve no CEACA e agora a que terá com a educação é para isso, a educação atende todo dia crianças e adolescentes, tem os erros e os acertos deles, tem as especificidades deles no atendimento, a ideia é quebrar e fazer essa separação, já o fluxo é como proceder, irão falar no próximo mês quando terão encontro com a Educação. André questiona se alguém tem alguma fala sobre isso. Rosa agradece o trabalho do Guilherme, e diz que realmente erra às vezes por não ter conhecimento de fatos, é um empenho de todos, a rede está aprendendo que é uma construção, estão tendo reuniões para melhorar o atendimento, e diz que ao ver o fluxo se emociona por ver que realmente está acontecendo, ver Capivari fortalecido, agradece ao Guilherme e ao CMDCA, explicando que era uma briga constante a capacitação da rede. Rosa diz que é importante os conselheiros acompanharem isso, pois eles devem ter critérios para não cometer os erros do passado, a importância dos conselheiros acompanharem. Guilherme diz que ao fazer capacitações em outros municípios sempre promove Capivari, e diz que o município está avançando em relação às outras cidades, há uma doação de todo mundo, há cidades em que há desavenças entre o CMDCA e Conselho Tutelar, e aqui se pode observar que é uma cidade pequena, mas que todos trabalham juntos e é muito bacana, muito bom. André diz

que fica constado em ata e passa a palavra a conselheira tutelar: Ariele. Ariele diz que o SIPIA vem justamente vir de encontro ao fluxograma, no SIPIA se consegue demandas de atos infracionais, indisciplina, e assim terão o diagnóstico do município, os avanços foram possíveis pelo fortalecimento e empenho da rede, por terem uma equipe técnica muito boa. Rosa diz que o fluxograma deve chegar às escolas, que é onde às vezes chegam casos gravíssimos, e muitos casos se resolveriam por ali, e porque elas querem. Ariele confirma, e diz que a capacitação do mês que vem será justamente para isso. André convida as conselheiras Fernanda, Patrícia e Luciane que realizaram o mapeamento das violências a apresentarem. André pede uma pausa de cinco minutos para o café, pois também precisa conversar algumas questões com o Guilherme. Retornando, Luciane diz que na reunião passada receberam um desafio, e em conversa com as conselheiras optaram por fazer o mapeamento somente baseado nos relatórios do conselho tutelar de 2019, apesar de também terem acesso ao de 2018, e informa que se for da vontade do conselho podem completar com os dados anteriores ou completam o mapeamento ao longo do ano. Sobre a negligência, que é o que mais aparece, encontram-se maior incidência nos bairros: Três de Maio, Caçador e Santa Lúcia. Luciane diz que devem identificar também em quais séries tem maiores incidências de evasão escolar, que foi a segunda violação que apareceu mais, e diz que o básico está disposto no mapa, a ideia principal. Patrícia diz que na Ilhotinha não apareceu tanto, porém cabe o questionamento se seria porque o serviço não chega, ou porque tem omissão. Luciane diz para irem amadurecendo as discussões. André diz que esse material ficará exposto na sala de reuniões. André diz que a ideia do programa é trabalhar a família, tem um plano de ação para implantar uma política mais forte para o ano que vem. Guilherme diz que o mapa é a materialização da política pública, é um produto do que é o Controle Social, e diz que colocaram na prática o que outros conselhos não conseguem fazer. O conselheiro Elisson questiona como fizeram o mapeamento. André diz que foi baseado nos relatórios do Conselho Tutelar. Elisson questiona se tem um banco de dados. André diz que tem registrado nos relatórios e procurarão dar prioridade nos bairros em que aparecem mais. Ariele diz que existe uma folha de denúncia do Conselho Tutelar. Elisson diz que alguns casos não passam pelo Conselho Tutelar. André diz que o encontro de rede em que participaram no CEACA foi um encontro geral da rede. Rosa diz que estão indo em cada um. Eliezer diz que teve outro diagnóstico confeccionado em 2018, com base em dados coletados em 2017 de toda a rede. André diz que sobre a arte dos banners da missão e visão da rede, a conselheira tutelar Priscila não está presente, porém acredita que todos estejam inteirados sobre o assunto, e questiona a Sabrina se teria disponível a arte no computador. Sabrina mostra, e diz que a resolução da arte não está muito boa, pois foi transferida do whatsapp. André diz que está escuro, mas dá pra ver, e questiona se alguém tem alguma sugestão ou podem autorizar a confecção. Luciane diz que a própria rede construiu, então em sua opinião não tem o que rever. André diz que no silêncio considera-se aprovada a confecção. André diz que o próximo assunto da pauta é informar sobre os prazos das entidades registradas e projetos inscritos no CMDCA, e solicita que alguém o recorde. Sabrina diz que foi uma questão levantada na última ordinária em que o Guilherme esteve presente, onde o mesmo questionou quais eram as entidades que estavam registradas no CMDCA. André passa a palavra ao Guilherme. Guilherme questiona se ao ver a tabela os conselheiros identificam se tem entidades não governamentais que ainda não estão inscritas no município. Rosa diz que existem, mas não se sabe se é formal ou informal. Guilherme diz que é dever do CMDCA exigir o registro. Se as entidades não estão, oficialmente não podem atender, pois o CMDCA é um órgão controlador, se por acaso os atores conhecem outras instituições não particulares informar. O conselheiro Elisson questiona se uma academia de jiu-jitsu que dá bolsa entraria. Guilherme diz que se é dinheiro dele, e ele disponibiliza essas bolsas não tem problema, a não ser que seja uma filantropia, em que o governo direciona uma verba, aí teria. Guilherme diz que é importante fazer uma lista de todas as instituições, mapear quem são os responsáveis legais, para assim poder fazer o fórum das entidades não governamentais. Guilherme questiona sobre as datas dispostas na tabela, se seria a próxima data para a entidade trazer a documentação. Sabrina confirma, e diz que conforme a data disposta na tabela o CEACA já deve atualizar, já foi falado em reunião anterior, mas algum conselheiro já havia falado que a Rosa já tinha conhecimento. Guilherme diz que é muito importante ter o conhecimento de todos. Eliezer diz que a principal é a Escolinha do Zuco, que foi comentado que não tem apoio quase nenhum, mas é um trabalho legal, em que as crianças participam de viagens, porém cabe lembrar que o campo nacional está proibido de receber eventos. Elisson confirma que está proibido para eventos. Guilherme questiona se eles têm estatuto. Eliezer acredita que não, e informa que eles já estiveram no CMDCA e levaram a Resolução que dispõe sobre a inscrição, porém não retornaram com a documentação.

Karla diz que o CMDCA deve procurar, Rosa diz pra colocar em uma comissão, diz que não sabe se é na de normas e documentos, mas para orientar a entidade a fazer os documentos, quem sabe a comissão fazendo uma visita, facilitaria. André sugere que coloquem como atribuição da comissão de fiscalização. Rosa diz que se forem muitas entidades trazer para um evento. André diz pra comissão de normas auxiliar, que a comissão de fiscalização faça o levantamento e após passar em ordinária e depois passar para a comissão de normas. Guilherme sugere que olhem no Regimento Interno as atribuições de cada comissão, pois está havendo mistura. Rosa diz que há algumas entidades que oferecem serviços. Guilherme diz que se a pessoa está lucrando, quanto mais aluno tiver, mais vai ganhar. Rosa questiona se uma entidade que abre cinco vagas para alunos do CEACA ela pode. Guilherme explica que se não há dinheiro público para este cinco alunos, é política interna da entidade disponibilizar essas vagas, afirmando que não há problema. Guilherme exemplifica com um colégio particular que abre vagas para crianças e adolescentes da periferia, ou seja, dá bolsa de estudos para fazer o marketing esportivo do handebol, por exemplo, pois assim sairá notícia de um time ótimo do colégio particular tal, que só é possível porque aqueles alunos são bons no esporte e os que frequentavam pagando não eram. Guilherme explica que é diferente quando recebe algo filantrópico, da prefeitura, aí a entidade tem que se inscrever. Rosa questiona se escola não precisa. Guilherme diz que não. Guilherme dá um exemplo: Tem um professor de matemática que abusou de uma aluna, processarão a escola. André diz que surgiu um assunto urgente, e diz que está com uma declaração da Engie, informando que irão depositar em partes o valor dos projetos aprovados do Parque Ambiental: Estação Cultural e Guardas Ambientais, porém informa que ainda não tem o cronograma, tem um depósito a ser feito e o outro será no momento em que tiverem o valor, são declarações de duas empresas representantes da Engie que irão repassar o valor para os dois projetos. André diz que resumindo nesse primeiro momento irá R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) para o projeto Estação Cultural, e R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) para o projeto Guardas Ambientais. Rosa questiona se o documento que eles precisam é o recibo. André nega, diz que é uma declaração de que os recursos a serem depositados na conta FIA serão repassados aos projetos da entidade. André passa a palavra para os representantes da Associação Jorge Lacerda, e explica que eles não são os representantes da Associação no CMDCA, estão somente representando os projetos. Marcos explica que é um fornecedor, uma companhia para cada projeto, e a declaração seria para a empresa depositar o valor. André lê na íntegra: Declaro para os devidos fins, que a entidade Associação Jorge Lacerda, de CNPJ 12.606.501/0001-03, captou o montante de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), junto ao projeto Estação Cultural, aprovado via Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo, de CNPJ número 21.216.663/0001-18, que será depositado pela Companhia Energética Miranda, de CNPJ número 23.942.127/0001-49, com sede no endereço Avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064, Agrônômica, Florianópolis, Santa Catarina e CEP 88.025-225 na conta 82-9 e agência 2362-0comoperação 006 no banco 104, Caixa Econômica Federal, após o envio desta declaração, a fim de comprovar a aplicação do valor junto ao projeto. Por ser verdade, firmo.Data, assinatura e cpf do presidente. E diz que o mesmo consta na outra declaração: declaro para os devidos fins, que a entidade Associação Jorge Lacerda, de CNPJ 12.606.501/0001-03, captou o montante de R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais), junto ao projeto Guardas Ambientais, aprovado via Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo, de CNPJ número 21.216.663/0001-18, que será depositado pela Companhia Energética Jaguarua, de CNPJ número 28.925.264/0001-75, com sede no endereço Avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064, Agrônômica, Florianópolis, Santa Catarina e CEP 88.025-225 na conta 82-9 e agência 2362-0comoperação 006no banco 104, Caixa Econômica Federal, após o envio desta declaração, a fim de comprovar a aplicação do valor junto ao projeto. Por ser verdade, firmo.Data. André Pinto Dalcarobo, presidente do CMDCA, CPF. Eliezer questiona se eles irão fazer uma readequação do projeto devido haver essa mudança. André questiona se já tem projeto em andamento. Marcos diz que o projeto cultural está acontecendo desde fevereiro/março, foi conseguido recurso através da Lei Rouanet, e vão se ajustando, pois em agosto/setembro receberão um novo aporte, e ano que vem começarão do zero, o projeto é de dois milhões, e de acordo com o que é conseguido vão dando andamento, às vezes planejam algo mais robusto e acabam fazendo mais simples para se adequar. Eliezer diz que por ser verba chancelada é bom para todos pelo valor que fica retido na conta do FIA, porém até para fiscalizar, através do projeto original já não será mais possível. Rosa discorda e diz que eles não vão mudar todo o projeto, o que muda é só o repasse. André diz que eles terão que complementar após com um cronograma de repasse. Patrícia questiona como funciona a avaliação pela fiscalização, pois

relata que a sua filha já participou de um projeto da entidade que não achou válido. André diz que não é o momento de trazer essa questão e que a entidade deve apresentar um cronograma desses repasses. André diz que terão nesse primeiro momento um depósito de duzentos mil e aproximadamente em setembro terão um aporte maior. Sabrina questiona como ficará a questão do repasse, se cada vez que depositarem o valor serão então retidos os 20% ao FIA. André confirma que eles têm ciência de que deixarão 20% ao FIA. Rosa questiona o porquê de estarem discutindo a forma do repasse se o projeto já foi aprovado, se vão receber parcelado ou não são eles que verão, e depois a Comissão verá se o projeto foi cumprido ou não. André diz que há questão burocrática, há entidades que querem saber quando terão o valor para aplicarmos em projetos com recursos existentes no FIA, por isso é necessário saber quando estará entrando. Rosa diz que não vê necessidade de aprovar. Eliezer diz que mesmo já estando aprovado, altera o projeto em si, pois existe uma promessa de que virá, mas é uma possibilidade, é um resguardo a todos os envolvidos. Rosa diz que não entende o porquê de nesse conselho a prestação de contas do projeto passar por comissão, pois em outras prefeituras em que esteve pesquisando, quem analisa os projetos é o Controle Interno, quem compara a nota fiscal com os gastos é o Controle Interno. André diz que também entende assim e sugere pedir uma declaração por escrito da Associação Jorge Lacerda dizendo que o aporte será até setembro, uma declaração das duas empresas com a Associação Jorge Lacerda. André diz que a entidade deve ir informando ao CMDCA. André questiona se aprovam a assinatura das declarações solicitadas pela Associação Jorge Lacerda, com o comprometimento de que no prazo de dez dias a Associação Jorge Lacerda entregará ao CMDCA a declaração informando que o aporte manterá o projeto até setembro de 2019. Sobre os pareceres da Comissão de Fiscalização sobre os projetos das entidades: Grupo Escoteiro e CEACA, André questiona se tem no computador. Sabrina mostra. Eliezer diz que a entidade não teve conhecimento desse parecer, e diz que a comissão de fiscalização precisa primeiramente enviar à entidade. André questiona se traz o parecer à plenária ou a fiscalização primeiramente verifica essa questão. Rosa diz que estranhou ao ser mostrado o relatório, e diz que não devem trazer direto para a plenária, tem que ter uma comunicação formal da comissão de fiscalização à entidade para que esta faça os ajustes que precisarem. Rosa questiona porque estão retornando ao projeto que já teve a prestação aprovada. Sabrina diz que essa fiscalização é do projeto cancelado que está em andamento: Ateliê Grandes Encantos e não do Espaço Lúdico. Rosa diz que então foi confundido com o projeto anterior porque ali na descrição está escrito atividades lúdicas. André diz que então a comissão irá corrigir, e explica que a atribuição da comissão é fiscalizar e informar como está o andamento do projeto à plenária, se quiserem podem trazer ao conselho a sugestão de alterar, de a fiscalização comunicar a entidade. André pede a Elizabeth que explique o parecer. Elizabeth diz que a obra do CEACA está em andamento, paredes levantadas, explica que o CEACA está dentro do prazo, mas sobre o projeto do grupo Escoteiro gostariam que tivesse continuidade. Eliezer explica que o projeto seria a construção de três salas 5x5 em alvenaria, no projeto apresentado o recurso do FIA custearia apenas os materiais, e a mão de obra, na ingenuidade, colocou que conseguiriam fazer em sistema de multirão, e acabou que foram gastos recursos com a mão de obra, em torno de 50% do recurso, portanto aproveita para entregar a prestação de contas, informando que por óbvio não foi possível a conclusão do projeto, e já foi conversado com outros setores da prefeitura e viu-se que é possível e legal solicitar um aditivo do projeto, a ser autorizado pelo CMDCA, porém informa que nesse primeiro momento está entregando somente a prestação de contas, informando que está com os orçamentos agora para mão de obra e materiais e informa que fará uma justificativa, bem como uma planilha para análise da plenária provavelmente na próxima reunião. Sabrina pede licença para atender duas candidatas a serem membros do conselho tutelar que estão aguardando para fazer suas inscrições. André diz que apesar de o Parque Ambiental não estar presente nas reuniões ele está bem ativo no sentido de emprestar o parque para as ações da rede. André passa a palavra à Rosa para fazer suas considerações. Rosa observa que tinha solicitado que fosse um dos primeiros assuntos da pauta, e diz que verificou a ata das reuniões, inclusive as que ela não esteve presente, onde verificou que foi mencionado sobre questões pessoais da Rosa, porém não teve tempo de falar. André sugere que não toque em questões pessoais. Rosa diz que não falará, somente observa que a ata deve ser melhorada, pois tem falas de alguns conselheiros que não constam, porém de outros conselheiros é anotado tudo, então gostaria de saber quais são as denúncias, pois não podem jogar seu nome em vão, por ser responsável por uma entidade, gostaria que verificassem onde foi tocado o nome da Rosa nas atas e apresentassem na próxima reunião. André confirma. Ariele diz que nas questões administrativas do conselho tutelar, informa que elas têm uma secretária, porém diz que precisam de alguém com formação, seja

em psicologia, assistência social ou direito, para dar um suporte. Guilherme questiona a quem o Conselho Tutelar é vinculado. Ariele responde que ao Gabinete do Prefeito. Guilherme diz que devem então procurar ter uma conversa, pois são questões administrativas que não é atribuição do CMDCA. Luciane questiona se o CMDCA não deve informar através de ofício. Guilherme diz que não é atribuição, é questão administrativa. Guilherme diz que deve haver uma reunião com cada Comissão sobre as atribuições que constam no Regimento Interno, e confirma que quem analisa as contas é o Controle Interno. Guilherme sugere uma análise no Regimento Interno do CMDCA, item por item, pois tem questões que não precisam estar como: fiscalizar a conferência, e observa que os conselheiros estão abrindo janelas de reflexões, mas não estão fechando elas, por exemplo: o conselheiro Eliezer trouxe uma ideia sobre as comissões, deve ser literalmente pontuado se vai haver um padrão, para fechar o que vai ser feito ou não ou esses questionamentos retornarão. Luciane concorda que deve haver um padrão. Guilherme diz que devem colocar uma metodologia clara e sugere que a diretoria converse com as comissões ou apresente algo oficial na reunião para explicar. André solicita que o Guilherme saia, pois o próximo assunto diz respeito a ele. Guilherme se ausenta da sala. André diz que na reunião do dia anterior foi solicitado que tivesse a continuidade da assessoria de rede pelo menos até o final do ano, foi cogitada a possibilidade também para no ano que vem para dar continuidade ao trabalho de rede, visto a necessidade de ter assessoria principalmente agora com o início da confecção do programa de atendimento a negligência. André diz que foi confirmado pelo Controle Interno que se quiserem é possível dar continuidade a assessoria de rede até dezembro, se for aprovada a sua continuidade pelo conselho. Eliezer questiona se para o ano que vem teria que lançar um novo edital. André diz que essa discussão deixará para depois. Luciane diz que nos primeiros encontros o Guilherme visitou todas as entidades e observa que não tem quórum para deliberação. André concorda e diz que fica então conversado sobre uma pré-aprovação para ser levantada na próxima reunião pra tentar resolver. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 12h. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.